



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Exercício 2020

Aprovação: 235ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, realizada em 19/03/2021.

564ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 30/04/2021.



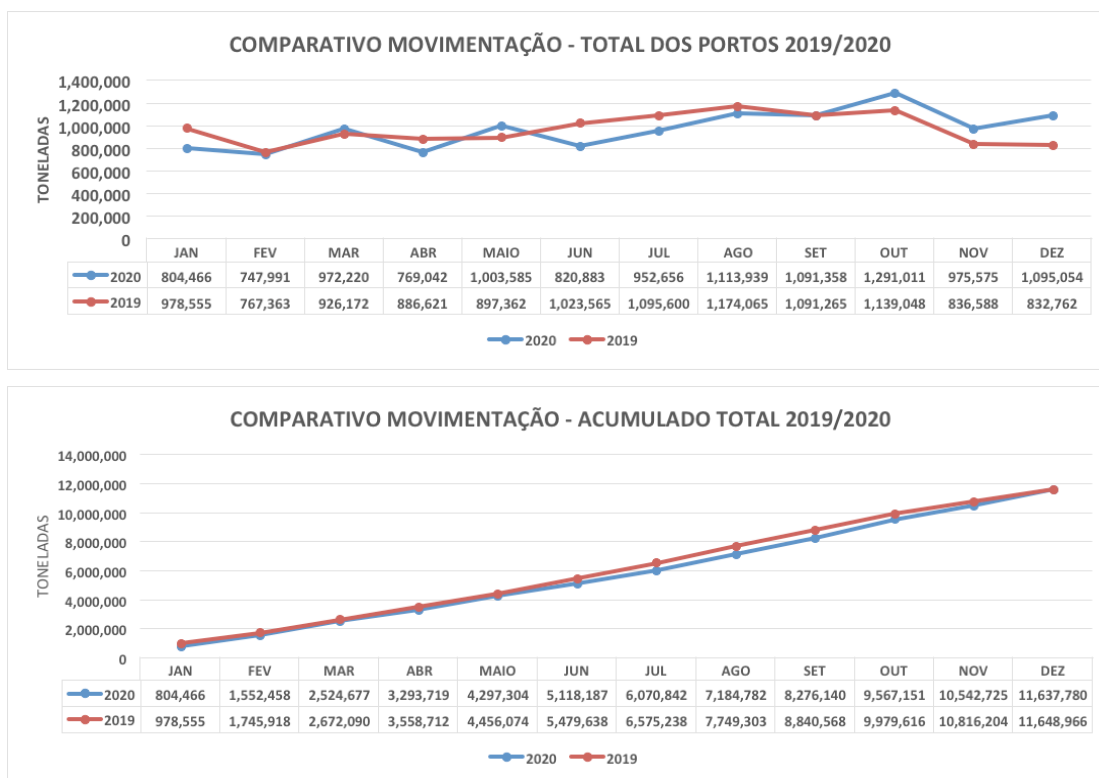
GERÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA,
RISCOS E COMPLIANCE



APRESENTAÇÃO

O ano de 2020 foi caracterizado pela eclosão de uma pandemia, que afetou todas as áreas da atividade humana, em todos os continentes, sobretudo o campo econômico, aí incluído o setor portuário. Na Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, o primeiro ramo afetado foi o dos navios de cruzeiros, que acorriam todos os anos a Salvador e Ilhéus, trazendo milhares de turistas, movimentando a economia local e gerando lucros para a Companhia. Seguiu-se a retração da movimentação de todos os produtos que, costumeiramente, passam pelos portos da CODEBA, seja no sentido de importação, exportação, ou mesmo por cabotagem. Desses, podem ser destacados os contêineres, no Porto de Salvador, e os graneis líquidos, no Porto de Aratu-Candeias, os quais responderam pelo impacto negativo na movimentação do primeiro semestre. Paralelamente, a Companhia buscou adaptar-se a uma nova realidade, diante da necessidade de adotar processos de trabalho adequados às medidas de proteção, com parte de seus funcionários operando à distância, contando com o apoio de recursos de Tecnologia da Informação – TI, e a operação portuária conduzida de modo a não colocar em risco nosso mais valioso patrimônio – os funcionários.

Como primeiros progressos, decorrentes da transformação da ameaça da pandemia em oportunidade, e da melhoria da gestão na Companhia, podem ser assinalados: a evolução do sistema de TI, beneficiado ainda pela implantação do SEI, com o apoio da Secretaria Nacional de Portos; melhor utilização dos sistemas de Tecnologia da Informação da Companhia disponíveis; revisão do planejamento estratégico, com a definição de indicadores mensuráveis, claros e adequados aos objetivos estratégicos; revisão da estrutura organizacional e do regimento interno; condução objetiva do Projeto de Modernização da Gestão Portuária, com destaque para a definição da cadeia de valor da Companhia e a análise e melhoria dos processos de gestão interna e da logística portuária; revisão do Plano de Negócios; revisão dos contratos, ensejando redução de despesas, e aumento do faturamento, no caso daqueles firmados pela Diretoria Comercial; e o investimento na capacitação de pessoal, particularmente, na gestão por processos e na fiscalização de contratos. Pouco a pouco, a despeito das conjunturas nacional e internacional adversas, e aproveitando um aceno positivo da economia, no final do terceiro trimestre, a Companhia foi se recuperando, com notável melhora, a partir de setembro, atingindo recordes históricos, chegando ao final do ano com uma movimentação praticamente igual à de 2019 com 11.637.780 toneladas, como evidenciado nos gráficos a seguir.



Em 2020 a empresa também participou de um Plano de Equacionamento com o Instituto Portus, em conjunto com as outras empresas patrocinadoras e sindicatos representantes dos mais de 10 mil funcionários, de forma a evitar a liquidação do referido plano, problema eminente desde o ano 2000.

Assim, apesar de todas as adversidades e desafios do ano anterior, é de se comemorar o atingimento do lucro de mais de R\$ 4 milhões de reais, com perspectivas de crescimento no ano de 2021 e é com satisfação que o Conselho de Administração da CODEBA, cumprindo as disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, denominada Lei das Estatais, em seu artigo 8º, incisos I, III, e VIII; e em conformidade com a regulamentação dada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, artigo 13, incisos I, III e VIII, **subscreeve a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da CODEBA – 2020**, reafirmando o compromisso da empresa com a transparência, a consecução dos objetivos de políticas públicas, a continua melhoria da governança corporativa, o alinhamento às melhores práticas do Mercado e o aprimoramento da gestão.

Salvador, 26 de abril de 2021.

Otto Luiz Burlier Silveira Filho

Presidente do Conselho de Administração da CODEBA

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ/MF 14.372.148/0001-61	NIRE 29300003832
Sede: Avenida da França, nº 1.551, Estação Marítima Visconde de Cayru, Comércio, CEP 40.010-000 Salvador - Bahia. Telefones: (71) 3320-1212/ (71) 3320-1232.	
Tipo de estatal: Empresa pública	Acionista controlador: União Federal
Tipo societário: sociedade por ações	Tipo de capital: capital fechado
Abrangência de atuação: Nacional e Internacional	
Setor de Atuação: Administração da Infraestrutura, Exploração e Gestão Portuária.	

Diretor de Gestão	Jenner Augusto da Silveira Kruchewsky
Administrativa e Financeira:	Telefone: (71) 3320-1234 e-mail: jenner.silveira@codeba.com.br
Auditores independentes:	EMERSON AUDITORES E CONSULTORES S/S - Auditores Independentes, e-mail: viniciusm_santana@icloud.com, telefone: (84) 99944-5087 – Responsável Técnico: Vinicius Santana – Contrato 003/2020: Início: 22/01/2020 a 22/10/2022.

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	
Otto Luiz Burlier Silveira Filho	CPF: 803.950.311-68
Pedro José Galvão Nonato Alves	CPF: 037.678.175-00
Marconi Andraos Oliveira	CPF: 093.279.405-04
Tania Regina Gomes dos Santos	CPF: 140.560.705-04
Cicero de Andrade Rocha Filho	CPF: 337.853.255-68
Carlos Vinícius Brito Reis	CPF: 910.103.305-00

Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:	
Carlos Autran de Oliveira Amaral	CPF: 259.177.737-34 Diretor-Presidente
Jenner Augusto da Silveira Kruchewsky	CPF: 904.606.775-00 Diretor de Gestão Administrativa e Financeira
Augusto Cesar Lobato Posada	CPF: 347.246.217-53 Diretor de Infraestrutura e Gestão Portuária
Ana Paula Leal Aguiar Calhau	CPF: 759.837.887-87 Diretora Empresarial e de Relação com o Mercado

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 277.553.624,21 está dividido em 41.449.949.485 ações nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrativo a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Ordinárias	21.277.791.876	21.277.791.876
Preferenciais	20.172.157.609	20.172.157.609

Esse montante foi o mesmo aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária para o exercício de 2019 e será encaminhado para Assembleia Geral Extraordinária do exercício de 2020, previsto para 28/04/2021, sendo a União Federal a acionista majoritária, com 98,36% das ações, e o Governo do Estado da Bahia com 1,64%.

POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, exige a elaboração de “carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”. Essas informações estão detalhadas a seguir.

1. Interesse público subjacente às atividades empresariais:

A Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA foi constituída por meio da Sessão Pública realizada com a Assembleia Geral dos Acionistas em 17 de fevereiro de 1977, cuja Ata de Constituição foi publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 16 de março 1977, passando a ser uma sociedade de economia mista por ações, incorporando, a partir desta data, os Portos de Salvador, Ilhéus e Aratu-Candeias, todos, até então, com autonomia própria, mas, sob fiscalização e orientação dos órgãos do Governo Federal, na época, Ministério dos Transportes.

O Novo Estatuto Social da CODEBA foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 15/12/2020. A revisão teve como objetivo adaptar o Estatuto ao modelo das empresas de grande porte, apresentado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/ME.

A Companhia disponibiliza ao setor privado infraestrutura para a execução dos serviços concernentes às atividades de logística, nos modais terrestre e marítimo, tais como: arrendamento de áreas nos portos organizados, atracação de navios, movimentação de carga, armazenagem, sistema de transporte interno, entre outros.

O aspecto econômico é um dos interesses subjacentes às atividades exercidas pela Autoridade Portuária. A CODEBA possui papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia, tendo em vista o impacto que a atividade portuária exerce sobre a economia local. Nesse contexto, destaca-se o papel dos portos para o desenvolvimento do país, e a sua importância para o comércio externo e a economia nacional.

Outro aspecto atrelado às políticas públicas é o social. As atividades exercidas pela Companhia das Docas da Bahia têm o objetivo de promover a concorrência no setor portuário local, permitindo a formação de preços mais baixos e o consequente atendimento de clientes de menor porte, não abrangidos pelos Terminais de Uso Privativos. A razão de ser da CODEBA está baseada na possibilidade de extrair do patrimônio público (instalações portuárias), por ela administrado, o uso mais benéfico para toda a sociedade.

Ainda deve ser ressaltado o imperativo de Segurança Nacional, à luz do qual os portos surgem como principais pontos de entrada e saída de grandes volumes de cargas. Nesse particular, é fundamental o trabalho interagências: das equipes da CODEBA; Operadores Portuários; Polícia Federal; Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Receita Federal e outros. Tal como todas as demais empresas estatais, a CODEBA está submetida ao que determina a Lei 13.303/2016, denominada “Lei das Estatais”.

2. Políticas públicas:

2.1. Instrumentos de Planejamento

Até o primeiro semestre de 2020, as diretrizes para a elaboração e revisão dos instrumentos de planejamento do setor portuário – PNLP, Planos Mestres, PDZ e PGO – eram estabelecidas pela Portaria SEP 03/2014. Ocorre que, em um esforço do Governo Federal para estimular a melhoria da gestão dos portos, no dia 10 de junho de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria MINFRA 61/2020, estabelecendo as diretrizes para elaboração e revisão dos Planos Mestres, PDZ e PGO; e no dia 21 de agosto 2020, a Portaria MINFRA nº 123/2020, que prevê a instituição do Plano Nacional de Logística - PNL e dos Planos Setoriais de cada um dos subsistemas que farão a conexão entre o PNL e as ações do Ministério da Infraestrutura.

Atualmente, os documentos produzidos sob a vigência da Portaria SEP/PR nº 03/2014 continuam válidos, a saber: PNLP 2019, os Planos Mestres dos complexos portuários brasileiros e vários dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos organizados, os quais serão atualizados, gradativamente, de acordo com as novas portarias vigentes.

O PNLP – 2019, está disponível para consulta em <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/politica-e-planejamento/politica-e-planejamento/plano-nacional-de-logistica->

portuaria-pnlp. Os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento dos Portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus encontram-se em vigor, mas em fase de revisão, e estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da CODEBA em <http://www.codeba.com.br>

Além desses instrumentos, a CODEBA conta com o Planejamento Estratégico 2020-2024 e o Plano de Negócios 2021.

2.2. Papel da CODEBA no desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia

O objetivo social da CODEBA é representado por meio de sua Missão. Conforme apresentado no Planejamento Estratégico 2020-2024, a Missão da CODEBA é *“prover infraestrutura, fiscalizar e garantir a efetividade das operações e serviços portuários nos portos públicos no Estado da Bahia”*.

Possui como valores estabelecidos a ética e transparência, respeito à legislação, valorização do capital humano, compromisso social e ambiental e inovação. Tem como Visão *“ser reconhecida como Autoridade Portuária de excelência em gestão, dentre os portos públicos do Brasil, e agente fomentador da expansão econômica e social, no Estado da Bahia”*, por meio de medidas de otimização dos resultados financeiros e operacionais, melhorias da comunicação interna e externa, adequação da capacidade instalada, aumento da eficiência, entre outras medidas que serão explicitadas nesta Carta.

Nesse contexto, a CODEBA possui papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia, exercendo sua função de Autoridade Portuária, sempre atrelada ao interesse público, de forma a apoiar as seguintes políticas públicas:

- desenvolvimento do Turismo local, por meio do Terminal Marítimo de Passageiros;
- fortalecimento do desenvolvimento do Estado na cadeia produtiva de Químicos e Petroquímicos;
- desenvolvimento econômico do Estado, contribuindo para o crescimento da economia e elevação da capacidade produtiva do Estado.

Em consonância com as políticas públicas, a CODEBA poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União, de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação.

A seguir, estão apresentadas as ações e projetos de investimento iniciados, em desenvolvimento ou concluídos em 2020 pela CODEBA, em consonância com as políticas públicas:

ÁREA DE INTERESSE	PROJETO	STATUS
COMERCIAL E NOVOS NEGÓCIOS	Arrendamento do Terminal de Granéis Sólidos (TGS) do Porto de Aratu-Candeias (ATU12), incluindo o pátio de minérios, a instalação ocupada pela arrendatária Paranapanema, bem como os berços sul e norte do TGS I (Área de 186 mil m²).	Em 18/12/2020 ocorreu o Leilão nº 04/2020-ANTAQ, sendo arrematado pela Empresa CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais LTDA, pelo valor de R\$10.000.000,00. E em 10/03/2021 foi publicado no DOU, a homologação do procedimento de licitação e adjudicação ao licitante vencedor a área referente ao arrendamento.
	Arrendamento do TGS II para movimentação de granéis sólidos vegetais no Porto de Aratu-Candeias (ATU18), incluindo área contígua ao píer II e o silo da antiga CIMEX (Área de 51 mil m²).	Em 18/12/2020 ocorreu o Leilão nº 05/2020-ANTAQ, sendo arrematado pela Empresa CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais LTDA, pelo valor de R\$52.500.000,00. E em 09/03/2021 foi publicado no DOU, a homologação do procedimento de licitação e adjudicação ao licitante vencedor a área referente ao arrendamento.
	Regularização dos contratos de arrendamentos que estão mantidos sob liminares da justiça.	O Contrato de Arrendamento nº 46/89 da PARANAPANEMA, está contido no Contrato de Arrendamento que será celebrado com a Empresa CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais LTDA. O contrato de Arrendamento nº 027/93 da BRASKEM será prorrogado pelo Poder Concedente, no momento está sendo discutida a minuta do 3º Termo Aditivo.
	Arrendamento de área no Porto de Aratu-Candeias para movimentação anual de aproximadamente 20 milhões de minério de ferro (ATU12A).	A empresa interessada solicitou e está aguardando autorização do poder concedente para elaboração de EVTEA.
	Obtenção da delegação de competência para realizar as seguintes ações: I - a elaboração do edital e a realização de procedimentos licitatórios para arrendamento de instalações portuárias localizadas nos portos organizados; II - a celebração e a gestão de contratos de arrendamento de instalações portuárias localizadas nos portos organizados; e III - a fiscalização da execução de contratos de arrendamento de instalações portuárias.	Diante da possibilidade estabelecida pela Portaria 574/2018 do MTPA, a CODEBA protocolou na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) um requerimento para obtenção de Delegação de competências. Em abril de 2019 a SNPTA emitiu um ofício informando que para apreciação do pleito, a CODEBA deveria atender aos requisitos do Art. 6º e 9º da citada portaria. Em 2020, a CODEBA obteve nota 7,2 de um total de 10, no Ranking do IGAP. A Companhia prossegue trabalhando a fim de atender aos requisitos indicados na Portaria 574/2018.
	Licitação para cessão de uso de instalações no Porto de Aratu-Candeias para laboratórios.	Foram celebrados 03 (três) Contratos de Cessão de Uso Oneroso. São eles: INTERTEK nº 18/2020; SGS nº 17/2020 e SAYBOLT nº 27/2020.

INFRAESTRUTURA	Ampliação do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aratu, com a construção de 2 novos "berços" - foi firmado um memorando de entendimentos com as arrendatárias Braskem, Grupo Ultra e Vopak, para viabilizar as providências necessárias, a fim de que seja levada a proposta ao Poder Concedente.	Apesar da saída da Braskem do projeto, o Grupo Ultra mantém o interesse na construção de um novo pier.
	Recuperação dos equipamentos do Terminal de Granéis Sólidos do Porto de Aratu-Candeias.	Este serviço está sendo executado pela SBE Engenharia / Porto Forte, mediante contrato, intermediado pela GDN/DERM, e fiscalizado pela GIE.
	Recuperação da pavimentação asfáltica do sistema viário interno do Porto de Aratu-Candeias.	Os serviços foram executados parcialmente em 2019 e foram relicitados em 2020. Encontram-se em execução, com previsão de conclusão para maio/2021.
	Recuperação das estruturas de concreto armado do Pier do Terminal de Granéis Líquidos do Porto de Aratu-Candeias.	Obras concluídas em 18/09/2020.
	Recuperação das estruturas de concreto armado do Pier do Terminal de Produtos Gasosos do Porto de Aratu-Candeias.	Obras concluídas em 05/09/2020.
	Dragagem de manutenção do Porto de Ilhéus.	O IBAMA aprovou o Plano Conceitual de Dragagem em fevereiro/2020. A CODEBA já concluiu o processo e aguarda a realização da licitação. Pregão 009/2021.
	Ampliação e adequação dos sistemas de monitoramento - CFTV dos Portos de Aratu-Candeias e Ilhéus.	Foi concluída a licitação para aquisição de câmeras e acessórios para a ampliação do sistema de CFTV dos Portos de Aratu-Candeias e Ilhéus (Edital 044/2020), sendo a data prevista para a entrega desse material dia 31/03/2021.
RELAÇÃO PORTO CIDADE, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO	Obtenção da Licença de Operação do Porto de Ilhéus	Licença emitida em 2018 e retificada em fevereiro de 2020.
	Obtenção da Licença de Operação do Porto de Aratu-Candeias	Licença emitida em 02/09/2019 com encaminhamento de relatórios de atendimento das condicionantes ao longo de 2020. Previsão de revisão para o primeiro semestre de 2021.
	Obtenção da Licença de Operação do Porto de Salvador.	Processo iniciado. A emissão da Licença, inicialmente prevista para 2020, encontra-se em análise pelo órgão ambiental.
	Implantação do centro de Gestão Integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (GISSMA) no Porto de Aratu-Candeias, visando fortalecer a atuação integrada entre a CODEBA, Arrendatários e demais entidades na gestão de riscos e emergências.	Obra concluída no início de 2019. A Implantação, anteriormente prevista para o segundo semestre de 2019, foi postergada. Encontra-se em fase de licitação a compra dos materiais referentes a instalação dos equipamentos de ar-condicionado.
	Construção da Central de Resíduos Sólidos do Porto de Salvador	Em 2020 as obras da Central foram concluídas e iniciada à operação.

Desta forma, em perfeito alinhamento com o interesse público, a CODEBA trabalha no desenvolvimento de atividades alinhadas às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social.

2.3. Atividades desenvolvidas:

Conforme previsto no Art. 4º do seu Estatuto Social, a CODEBA tem por objeto social a administração da infraestrutura portuária e o exercício das funções de Autoridade Portuária, no âmbito dos portos organizados, no Estado da Bahia, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Ministério Supervisor. Além do objeto social, a CODEBA poderá exercer:

- a) funções de Autoridade Portuária em portos organizados localizados em outro Estado, por delegação do Governo Federal;
- b) atividades afins, conexas e acessórias;
- c) excepcionalmente, e mediante anuência formal do Ministério Supervisor, as funções de operador portuário.

3. Metas relativas ao desenvolvimento das atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

Trata-se de metas para indicadores operacionais, de gestão e de meio ambiente, estabelecidas em seu Planejamento Estratégico 2020-2024, a serem alcançadas pela Companhia. As metas estão detalhadas a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	SENTIDO E MEDIDA	ALCANCE	META 2021	RESP.
14. GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DO NEGÓCIO	RENTABILIDADE DO NEGÓCIO	↑ (%)	CODEBA	40	<u>DAF/GRF</u>
	RETORNO SOBRE O CAPITAL	↑ (%)	CODEBA	≥ 10	<u>DAF/GRF</u>
13. OTIMIZAR OS RESULTADOS FINANCEIROS	PRODUTIVIDADE PER CAPITA	↑ (R\$)	CODEBA	R\$ 32.670,00	<u>DAF/GRF</u>
	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	↑ (%)	CODEBA	50	<u>DAF/GRF</u>
12. OTIMIZAR COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA	CRESCIMENTO DO NÍVEL DE INTERESSE DO PÚBLICO EXTERNO	↑ (%)	CODEBA	≥70	<u>DPR/ASCOM</u>
	CRESCIMENTO DO NÍVEL DE INTERESSE DO PÚBLICO INTERNO	↑ (%)	CODEBA	≥70	<u>DPR/ASCOM</u>

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	SENTIDO E MEDIDA	ALCANCE	META 2021	RESP.
11. ADEQUAR CAPACIDADE INSTALADA DE INFRAESTRUTURA AO MERCADO	EXECUÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO	↑ (%)	CODEBA	≥70	<u>DIP/GIE</u>
	EXPLORAÇÃO DE ÁREAS OPERACIONAIS DISPONÍVEIS	↑ (%)	CODEBA	≥29,1	<u>DERM/GDN</u>
	EXPLORAÇÃO DE ÁREAS NÃO AFETAS DISPONÍVEIS	↑ (%)	CODEBA	≥5,8	<u>DERM/GDN</u>
	UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA	↑ (%)	CODEBA	≥74	<u>DIP/GPA</u>
10. OTIMIZAR RESULTADOS DE POLÍTICAS TARIFÁRIAS	ÍNDICE DE AUTOSSUFICIÊNCIA TARIFÁRIA	↑ (%)	CODEBA	99	<u>DAF/GRF</u>
9. MELHORAR A GESTÃO AMBIENTAL, DE SAÚDE E DE SEGURANÇA DO TRABALHO	ÍNDICE DE GESTÃO AMBIENTAL, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	↑ (NOTA)	CODEBA	75	<u>DIP/GIE</u>
	TAXA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS AVULSOS, NAS OPERAÇÕES PORTUÁRIAS EM ÁREAS PÚBLICAS	↑ (%)	ARATU	≥80	<u>DIP/GIE</u>
			SALVADOR	≥75	<u>DIP/GIE</u>
			ILHEUS	≥70	<u>DIP/GIE</u>
	ÍNDICE DE CONFORMIDADE AMBIENTAL	↑ (%)	CODEBA	≥95	<u>DIP/GIE</u>
8. PROMOVER A REGULARIZAÇÃO PERANTE AS LEGISLAÇÕES DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO	OBTENÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO	↑ (%)	CODEBA	100	<u>DIP/GIE</u>
7. AUMENTAR O ÍNDICE DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	INDICADOR DE GOVERNANÇA	↑ (%)	CODEBA	65	<u>DPR/GAE</u>
6. PROMOVER A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	ÍNDICE DE ADESAO AOS PROGRAMAS DE INTELIGÊNCIA LOGÍSTICA PORTUÁRIA (AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS PORTUÁRIOS)	↑ (%)	CODEBA	28,5	<u>DAF/TI</u>
	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PDTI	↑ (%)	CODEBA	≥ 70%	<u>DAF/TI</u>
5. AUMENTAR A EFICIÊNCIA OPERACIONAL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL	↓ (%)	CODEBA	≤ 39	<u>DAF/GRF</u>
	GESTÃO DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO	↑ (%)	CODEBA	35	<u>DERM/GDN</u>
4. AUMENTAR A EFICIÊNCIA GERENCIAL	ÍNDICE DE ATENDIMENTO AS NOTIFICAÇÕES DE CORREÇÃO DE IRREGULARIDADES (NOCI) EXPEDIDAS PELA ANTAQ	↑ (%)	CODEBA	≥ 80	<u>DPR/GPR</u>

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	SENTIDO E MEDIDA	ALCANCE	META 2021	RESP.
	PROPORÇÃO DE ATENDIMENTO DAS NOTIFICAÇÕES EMITIDAS PELA ANTAQ A AUTORIDADE PORTUÁRIA E NÍVEL DE REINCIDENCIA DE INFRAÇÕES	↓ (%)	CODEBA	≤ 20	<u>DPR/GPR</u>
3. VALORIZAR PESSOAS	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	↑ (%)	CODEBA	40	<u>DAF/GAD</u>
	ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO	↑ (%)	CODEBA	≥ 7,2	<u>DAF/GAD</u>
	INDICADOR DE COMPETÊNCIAS OBRIGATÓRIAS DESENVOLVIDAS	↑ (%)	CODEBA	100	<u>DAF/GAD</u>
2. GARANTIR A SEGURANÇA DOS ATIVOS E DAS PESSOAS	ÍNDICE DE DANOS PATRIMONIAIS	↓ (%)	CODEBA	≤ 5%	<u>DAF/GAD</u>
	ÍNDICE DE INSEGURANÇA PATRIMONIAL	↓ (%)	ARATU	≤ 1%	<u>DIP/GPA</u>
			SALVADOR	≤ 1%	<u>DIP/GPS</u>
			ILHÉUS	≤ 1%	<u>DIP/GPI</u>
1. IMPLANTAR MODELO DE GESTÃO ORIENTADO A RESULTADOS	GESTÃO POR RESULTADOS	↑ (NOTA IGAP)	CODEBA	≥ 7,2	<u>DPR/GAE</u>

4. Recursos para custeio das políticas públicas

As atividades desenvolvidas pela Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA são custeadas com recursos próprios, advindos das receitas tarifárias arrecadadas em decorrência da movimentação de carga, receita patrimonial (calculada por metro quadrado, MMC – Movimentação Mínima e Sítio Padrão), oriundas dos arrendamentos de área, e ainda, receitas de aplicações financeiras.

5. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas.

Para a tomada de decisão de investimentos que visem ao atingimento de políticas públicas, a CODEBA vale-se de indicadores adequados a cada política adotada, de modo que haja maior chance de sucesso, permitindo revisão e ajustes quando pertinente.

Dessa forma, os principais indicadores utilizados são os financeiros, estratégicos, gerenciais e de desempenho, tais como índice de desempenho ambiental, índice de governança da

Secretaria de Governança de Estatais, relatórios financeiros e contábeis, índice de movimentação de cargas no porto, dentre outros, disponíveis em [http:// www.codeba.com.br](http://www.codeba.com.br).

Quanto aos impactos econômico-financeiros, a Receita Operacional Líquida da Companhia totalizou R\$ 139.999.046,82, valor 0,98% superior em relação ao ano anterior (que ficou em R\$ 138.645.531,05) e o custo da atividade aumentou em 2,15%. O faturamento total em 2020 foi inferior ao de 2019 em R\$ 1.736.769,37, representando redução bruta de 1,08%.

6. Comentários dos administradores:

Em 2020, a gestão da Companhia foi conduzida de forma a superar obstáculos e retomar seu lugar de destaque no cenário nacional. Como efeito das decisões tomadas pela Diretoria, a CODEBA encerrou o ano com significativas ações concluídas, com destaque para aquelas relacionadas à redução de custos operacionais e de despesas, infraestrutura, melhoria da gestão, meio ambiente e segurança do trabalho, e à segurança e fiscalização das operações portuárias.

Com relação às ações para redução de custos operacionais e de despesas, foi realizado o levantamento e a análise dos custos operacionais, para fins de controle interno e subsídios à política tarifária, que impactará igualmente no aumento de receitas, e a renegociação de contratos em andamento - o mais relevante deles foi a redução de mais de R\$ 1 milhão de reais (ano) do contrato de assistência médica firmado com a UNIMED.

Na área de Infraestrutura, importantes obras de recuperação foram executadas, como o restabelecimento da segurança e a capacidade estrutural/operacional dos píeres dos terminais de Granéis Líquidos (TGL) e de Produtos Gasosos (TPG) do Porto de Aratu-Candeias, recuperação da rede de alta tensão do Dólfim e manutenção das defensas do cais do Porto de Ilhéus.

Quanto à Gestão ambiental, houve um crescimento de 39% no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) do Porto de Aratu-Candeias, representando o terceiro maior avanço entre todos os portos avaliados pela ANTAQ. No Porto de Ilhéus, foi dado início aos monitoramentos ambientais, permitindo uma geração contínua de banco de dados ambientais e de atividades socioambientais que fortalecerão o diálogo entre a Companhia e a comunidade do entorno. No Porto de Salvador, a CODEBA Implantou a Central de Resíduos, dotada de sistema de aproveitamento de águas pluviais. Na Gestão da Segurança do Trabalho, a CODEBA obteve o

Atestado de Conformidade de Projeto (ACP) do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PPCIP) do Porto de Ilhéus.

Em 2020, houve um avanço nos sistemas de governança da Companhia, comparado ao ano anterior; fato observado ao longo do exercício, com a revisão do Planejamento Estratégico e elaboração do Plano de Negócios, contemplando indicadores e metas mais objetivos, passíveis de mensuração e acompanhamento, associados às fontes vigentes (legislações e normativos). Com o aprimoramento do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios, o documento tornou-se mais instrumental, possibilitando um monitoramento mais efetivo das metas e indicadores.

Outros destaques referem-se ao aperfeiçoamento da atuação do Comitê de Auditoria Estatutário e aos avanços na implantação do Programa de Modernização de Gestão Portuária - PMGP, com a execução de importantes ações e entregas que colaboraram para o aprimoramento da Governança Corporativa, tais como, o mapeamento e a validação dos processos funcionais junto às áreas, revisão da estrutura organizacional e do Regimento Interno da Companhia.

Quanto à adoção das melhores práticas de gestão, a CODEBA:

- estruturou a área de compras, unificando as atividades de aquisições, licitações e contratos numa única área funcional;
- implantou um novo processo de patrimônio, que permitirá à Companhia a melhoria da gestão dos bens móveis e imóveis, com reflexos no balanço patrimonial;
- Implantou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), tendo como principais resultados a libertação do paradigma do papel como suporte analógico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real;
- deu apoio e suporte, por meio da sua Diretoria Comercial, nos leilões ATU 12 e ATU 18, que resultaram em outorga superior a R\$ 62 milhões e representaram mais de R\$ 400 milhões em CAPEX.

Quanto à Segurança Portuária e Fiscalização das Operações, a CODEBA implantou o aeróstato cativo para monitoramento aéreo da área do Porto de Aratu-Candeias, que significou incremento no âmbito da Segurança Portuária, das operações portuárias, das pessoas, instalações, do trabalho e da preservação do meio ambiente. Além disso, foi dado início ao projeto de implantação do Vessel Traffic Management System (VTMS). A previsão é de que estejam em

funcionamento, no primeiro semestre de 2021, os Centros de Controle Operacional das Operações Portuárias e da Segurança Portuária e o Centro de Comunicações.

Nesse contexto, para o ano de 2021, a CODEBA continuará fortalecendo os mecanismos de governança e de eficácia da gestão, pautando suas ações sempre na proteção do interesse público nas melhores práticas de mercado e em temas relevantes para o crescimento da Companhia.

7. Remuneração

Na administração pública, a remuneração dos administradores e empregados pode ser afetada por indicadores de gestão interna e por indicadores de atuação da sociedade (indicadores sociais). Os indicadores sociais são instrumentos operacionais para monitoramento da realidade social, visando a formulação e reformulação de políticas públicas. Hoje, os indicadores sociais são expressos usualmente como taxa de desemprego, taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, entre outros.

Na CODEBA, a remuneração dos administradores é afetada por indicadores internos, que são estabelecidos para monitorar o desempenho das Companhias Docas, tanto em relação às metas de gestão, previstas no Honorário Variável Mensal (HVM), quanto em relação às metas empresariais, previstas na Remuneração Variável Anual (RVA). A remuneração dos empregados pode eventualmente sofrer acréscimo, no caso de haver possibilidade de aporte do programa de Participação em Lucros e Resultados - PLR. Em ambos os casos não há a incidência de indicadores sociais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, incisos III e VIII, exige a elaboração de “*carta anual de governança corporativa que consolide em um único documento escrito (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração*”. Essas informações estão detalhadas a seguir.

1. Atividades empresariais – Serviços X Receita.

Os principais serviços ofertados pelos portos administrados pela CODEBA, no ano de 2020, e sua relação com a receita e o lucro da Companhia, em comparação com o ano de 2019, estão demonstrados no quadro abaixo:

Serviços/Segmento	Receita Bruta por Segmento (R\$)		Desempenho 2020/2019
	2019	2020	
Faturamento Patrimonial Área Coberta	5.476.422,18	5.611.589,65	2,47%
Faturamento Patrimonial Área Descoberta	16.793.542,21	17.406.944,83	3,65%
Marítima	57.137.516,94	57.040.227,07	-0,17%
Acostagem	5.783.946,82	5.756.593,58	-0,47%
Terrestre	61.142.784,31	60.403.444,63	-1,21%
Armazenagem	6.772.247,10	5.494.968,19	-18,86%
Equipamentos Portuários	2.051.634,44	1.299.319,81	-36,67%
Diversos	5.121.237,16	5.529.474,03	7,97%
Total	160.279.331,16	158.542.561,79	-1,08%

Fonte: Gerência Financeira – GRF.

Receita total da empresa em 2019	R\$ 167.244.580,19
Receita total da empresa em 2020	R\$ 167.694.216,54
<hr/>	
Receita líquida proveniente do segmento 2019	R\$ 138.645.531,05
Receita líquida proveniente do segmento 2020	R\$ 139.999.046,82
<hr/>	
Participação do segmento na receita líquida total - 2019	82,90%
	83,48%

Participação do segmento na receita líquida total – 2020	
Lucro/prejuízo líquido do período (2019):	R\$ 12.358.046,27
Lucro/prejuízo líquido do período (2020):	R\$ 4.145.959,45

Fonte: Gerência Financeira – GRF.

Os comentários sobre o desempenho estão detalhados no item 4 desta Carta.

2. Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos.

Conforme previsto no Estatuto Social, as estruturas e mecanismos de controle para monitorar as atividades que serão desenvolvidas pela Companhia, em atendimento às políticas públicas, no intuito de zelar pela transparência, completude e exatidão das informações aqui apresentadas são as seguintes:

- Auditoria Interna;
- Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance;
- Auditoria Independente;
- Comitê de Auditoria Estatutário;
- Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

2.1. Quanto à Auditoria Interna

A Auditoria Interna da CODEBA está vinculada ao Conselho de Administração, enquadrando-se como auditoria interna governamental, conceito formalizado na IN CGU nº 03 de 09/06/2017. Dentre suas competências, ressalta-se *"avaliar a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras"*, conforme Estatuto Social em vigor.

2.2. Quanto ao Gerenciamento de Riscos, Compliance e Controles Internos.

O Conselho de Administração da CODEBA, em sua 548ª Reunião Ordinária, realizada em 17/09/2020, aprovou a proposta de nova estrutura organizacional (Organograma Revisado no âmbito do PMGP), onde o então Núcleo de Compliance e Gestão de Riscos (NGR) foi

incorporado à Gerência de Assuntos Estratégicos (GAE), tornando-se uma área funcional desta Gerência.

Em decorrência dessa incorporação, a Gerência de Assuntos Estratégicos passou a ser denominada Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance.

a) Quanto ao Gerenciamento de Riscos

O Regulamento da Política de Conformidade e Gestão de Riscos foi aprovado pelo Conselho de Administração, em sua 496ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 16 e 17 de abril de 2018, e encontra-se em fase de revisão. Segundo o Regulamento vigente, as instâncias responsáveis pelo Sistema de Conformidade e Gestão de Riscos da CODEBA são:

- I – o Conselho de Administração;
- II – o Conselho Fiscal;
- III – a Diretoria Executiva;
- IV – o Diretor-Presidente;
- V - Núcleo de Compliance e Gestão de Riscos;
- VI – os Gerentes de Unidade e Setores;
- VII- a Auditoria Interna;
- VIII - o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD).

b) Quanto ao Controle Interno

Conforme Plano de Risco da CODEBA, aprovado pela Diretoria Executiva em sua 214ª Reunião Ordinária de 03/12/2020, as instâncias de Controle Interno seguem o modelo das Três Linhas de Defesa da IIA:

- 1ª Linha de Defesa – A primeira linha de defesa é composta pelas funções de gerência, responsáveis por monitorar e controlar os processos de trabalho e seus riscos inerentes;
- 2ª Linha de Defesa – Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance, que tem como objetivo a identificação de eventos que poderiam comprometer as estratégias da Companhia na consecução dos seus objetivos de negócio;
- 3ª Linha de Defesa – Gerência de Auditoria Interna, que tem a função de avaliar e informar a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e controles internos.

Para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, a CODEBA possui a seguinte estrutura:

- Auditoria Interna;
- Auditoria Independente.

As práticas de controle interno são avaliadas pela Gerência de Gestão Estratégica Riscos e Compliance, refletindo diretamente nas atualizações dos normativos realizados pela Companhia, além de ajustes administrativos que buscam aprimorar as atividades executadas.

Atualmente a Equipe responsável pelo acompanhamento é composta por:

- 01 Chefe de Serviço
- 01 Analista Portuária – Especialidade Economia
- 01 Técnica Portuária – Apoio Administrativo

2.3. Quanto ao Parecer dos Auditores independentes

Em 22 de janeiro de 2020, foi realizada a contratação da empresa EMERSON AUDITORES E CONSULTORES S/S - Auditores Independentes. Em 28 de janeiro de 2021, foi emitido o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A seguir, está apresentada a ressalva dos Auditores e o comentário dos administradores sobre a ressalva apontada:

Ressalva sobre Ativo Imobilizado: 1- Ressalva acerca da avaliação da vida útil-econômica estimada dos bens para fins de cálculo da depreciação econômica.

Comentário: a CODEBA está em processo de contratação de empresa especializada para realizar a avaliação do imobilizado (patrimônio).

3. Fatores de Risco

Os principais fatores de risco que poderão causar relevantes impactos nos processos estratégicos da CODEBA, no tocante ao atingimento de políticas públicas, estão apresentados a seguir:

- a) ações judiciais que podem provocar efeitos adversos relevantes sobre o negócio;
- b) inadimplência de arrendatárias e de terminais privativos, provocando efeito adverso sobre os negócios, a condição financeira e o resultado operacional;

- c) possibilidade de uma parte significativa dos armadores transferirem suas cargas para terminais fora do porto organizado, provocando perda de receitas;
- d) dependência da ANTAQ e do Poder concedente em decisões que influenciam na administração da autoridade portuária;
- e) não liberação dos recursos orçamentários de investimentos previamente aprovados comprometendo a capacidade operacional;
- f) greves e paralisações de empregados e/ou partes relacionadas com as atividades portuárias;
- g) dificuldades de adaptação da cultura organizacional existente às mudanças do novo contexto interno de gestão.

4. Dados econômicos financeiros e comentário sobre o desempenho

As demonstrações financeiras e os indicadores econômicos refletem a manutenção do cenário observado em 2019. A receita oriunda dos serviços de exploração e administração dos portos somou R\$ 158.542.562,79, inferior em 1,31%, se comparado ao resultado do ano anterior. A receita financeira totalizou R\$ 5.916.243,72, reduzindo 19,46%, ante o resultado do ano anterior, devido à baixa rentabilidade pela queda histórica da taxa Selic.

No item despesas, os dispêndios totais somaram R\$ 47.137.975 contra R\$ 46.785.922, em 2019, representando aumento de 1%, consequência principalmente do incremento de encargos com contribuições patronais com o Portus, após o reconhecimento do Termo de Confissão de Dívida no período.

Em 2020, houve lucro líquido de R\$ 4,1 milhões. O resultado apresentado tem como principal causa os incrementos de dívida patronal e contribuições extraordinárias com Portus, provenientes de contribuições realizadas pelo reconhecimento do termo de confissão de dívida no período.

Em relação ao atingimento das metas, a CODEBA possui o Programa de Remuneração Variável (RVA). Este programa é regido pelo art.152 da Lei N° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo art. 37, parágrafo 5º do Decreto nº 8945/16, e pelas orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais–SEST. O Programa tem por objetivo promover a implementação da estratégia da empresa e o atingimento dos resultados desejados através da vinculação de parcela acrescida à remuneração anual dos dirigentes ao respectivo desempenho.

O quadro a seguir apresenta o histórico do atingimento das metas do RVA e as metas estabelecidas para o ano de 2021, no que tange aos indicadores nos níveis estratégicos, de relacionamentos e operacionais, estabelecidos pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, a serem alcançadas pela Companhia, e a cujo alcance está vinculada a bonificação anual dos Diretores:

PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL (RVA)										
METAS										
PROGRAMA APROVADO PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 19/11/2020 - DELIBERAÇÃO CDA Nº 042/2020										
Nível	Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	Média 2016-2020	Meta 2021	Peso	Sinal
		Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado				
Corporativo (Estratégico)	Indicador de Desempenho Econômico-Financeiro (RPL para bancos ou Retorno do Capital nas demais)	6,52%	2,71%	0,15%	8,48%	11,78%	5,93%	9,41%	10%	+
	Execução do OI (exceto instituições Financeiras)	10,43%	5,28%	3,15%	7,90%	22,38%	9,83%	9,68%	10%	+
	Índice de Eficiência Operacional	48,16%	49,72%	51,33%	48,08%	49,22%	49,30%	47,38%	10%	-
	Prancha diária na movimentação de contêineres	765	868	899	912	968	882	1001	10%	+
	Tempo médio de estadia de navios de contêineres	0,47	0,5	0,48	0,40	0,41	0,45	0,42	10%	-
	Prancha diária na movimentação de celulose	5104	5870	3603	4887	4613,5	4815	5054	10%	+
	Movimentação anual de cargas nos portos públicos em toneladas	11.055.255	11.860.506	11.146.923	11.648.966	11.637.780	11.469.886	11.755.280	10%	+
	Índice de desempenho ambiental (IDA)	39,4	43,9	63,3	73	73	58,52	75	10%	+
SEST	Indicador de Conformidade do SEST	-	449	453	280	455	409,25	430	10%	+
Unidade de negócio (Tático-Operacional)	DAF – Eficiência Administrativa	18,55%	15,13%	20,91%	12,08%	9,55%	15,24%	9,62%	2%	-
	DIP – Utilização da capacidade instalada	69,58%	74,64%	70,15%	73,31%	73,24%	72,19%	74,00%	2%	+
	DIP – Manutenção do calado operacional	75%	100%	100%	100%	100%	95,00%	100,00%	2%	+
	DCD – Exploração de áreas não afetadas disponíveis	4,40%	4,40%	4,40%	4,10%	4,16%	4,29%	5,80%	2%	+
	DCD – Crescimento na movimentação por cabotagem	-2,20%	6,60%	-4,44%	-6,47%	-9,65%	-3,23%	3,42%	2%	+

Fonte: Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance – GAE.

Nos termos da Lei 13.303/16, art. 23, § 2º, o Conselho de Administração deve “*promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões*”.

No que tange a essa análise, o Conselho de Administração apreciou, em sua 559ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2021, os Relatórios anuais de execução das metas do planejamento estratégico e do plano de negócios, referentes ao ano de 2020. Os Relatórios completos estão disponíveis no site institucional da CODEBA, e podem ser acessados por meio do endereço <http://www.codeba.com.br/governanca>

Segue abaixo a transcrição da Deliberação CDA nº 005, de 25 de fevereiro de 2021, com as conclusões do Conselho de Administração acerca do Relatório anual de execução das metas:

“O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA, no uso da competência atribuída pelo artigo 58, inciso “XXXVII”, do Estatuto Social da Companhia, em sua 559ª reunião ordinária, realizada nesta data, D E L I B E R A: 1 - Em cumprimento a Lei das Estatais, §2º do art. 23, e ao Decreto nº 8.945/2016, §3º do art. 37, o Conselho analisou os Relatórios anuais de Execução do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios – exercício de 2020, apresentados pela Diretoria Executiva da CODEBA, e constatou que dos 14 objetivos estratégicos, 02 metas não foram atingidas (Otimizar Comunicação Interna e Externa e Aumentar a Eficiência operacional); 2 - O Conselho avalia que o resultado demonstra um aprimoramento dos sistemas de governança da Companhia, comparado ao ano anterior, fato observado ao longo do exercício, com a elaboração de indicadores e metas mais objetivos, passíveis de mensuração e acompanhamento, associados às fontes vigentes (legislações e normativos). Com o aprimoramento do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios, houve avanço quanto ao monitoramento das metas e indicadores, tornando o documento mais instrumental; 3 - Observou-se ainda o aprimoramento da atuação do Comitê de Auditoria Estatutário e avanços na implantação do Programa de Modernização de Gestão Portuária - PMGP, com a execução de importantes ações e entregas que colaboraram para o aprimoramento da Governança Corporativa, tais como o mapeamento e a validação dos processos funcionais junto às áreas, revisão da estrutura organizacional e do Regimento Interno da Companhia; 4 - Fica determinada a publicação desta Deliberação e encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União.”

5. Políticas e práticas de governança corporativa

As ações de governança da CODEBA são desenvolvidas com base no Referencial Básico de Governança do TCU, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública. Trata-se de documento que reúne e organiza boas práticas de governança pública que, se bem observadas, podem incrementar o desempenho de órgãos e entidades públicas.

Conforme estabelecido em seu Estatuto Social, a estrutura interna de governança da CODEBA é constituída pela Auditoria Interna, Ouvidoria e Área de Conformidade e Gestão de Riscos, esta última incorporada à Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance.

5.1. Práticas de Governança Corporativa:**a) No que diz respeito aos membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração, a CODEBA realiza as seguintes práticas:**

- divulga no site da empresa o nome e currículo dos Diretores e Conselheiros;
- possui programa de metas aprovadas pelo Conselho de Administração e fiscalizadas pelo Conselho Fiscal e seus Diretores;
- os membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração responsabilizam-se pelo estabelecimento de diretrizes e políticas para gestão e alcance dos resultados; avaliam, direcionam e monitoram, periodicamente, a gestão da organização, com relação ao alcance das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, e responsabilizam-se pela avaliação e aprovação, até a última reunião ordinária do ano anterior, do plano de negócios para o ano seguinte.

b) Com relação ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, a CODEBA:

- tem previsto em seu Estatuto Social, a forma de composição e as competências desse Comitê;
- manteve o Comitê de Elegibilidade funcionando ao longo de 2020, alinhado ao Estatuto Social então vigente;
- com o novo Estatuto, aprovado em 15 de dezembro de 2020 pela Assembleia Geral, estão sendo adotadas as medidas necessárias para instituir o novo Comitê, alinhado a esse documento.

c) Com relação ao Comitê de Integridade, a CODEBA:

- possui um Comitê, formalmente instituído e atualizado por meio da Portaria DPR nº 299, de 02 de outubro de 2019.
- realiza Campanha de Integridade conjunta com a Comissão de Ética.
- tem como metas de trabalho, para o ano de 2021:
 1. Promover a integração entre as áreas de Correição;
 2. Divulgar os canais de comunicação;
 3. Realizar novas campanhas de integridade;
 4. Aplicar treinamento para os membros do Comitê.

d) Com relação à Auditoria Interna:

Em 2020, a auditoria interna realizou sete trabalhos de avaliação de controles internos em processos da Companhia, com destaque para auditoria no processo de gestão de riscos, em implantação na CODEBA. Realizou ainda seus processos de planejamento e relatório anual, apreciados pelos Colegiados e submetidos à supervisão técnica da Controladoria Geral da União.

e) Com relação à Ouvidoria:

- tem por objetivo atender ao cidadão/usuário em assuntos inerentes aos serviços prestados e processos de gestão da Companhia;
- possui um importante instrumento de interação entre a Companhia e a sociedade, com vistas a refletir melhorias na busca da eficiência, eficácia, transparência, impessoalidade e legalidade na prestação dos serviços;
- busca a tempestividade no atendimento das manifestações às áreas demandadas e resposta ao usuário;
- é ente participante do Comitê Técnico de Ouvidorias (CTO) do Ministério de Infraestrutura;
- é vinculada diretamente ao Conselho de Administração – CONSAD;
- é regida pela Norma de Ouvidoria, aprovada pelo Conselho de Administração em sua 500ª reunião ordinária, realizada no dia 03 de setembro de 2018;
- realiza relatórios trimestrais e anuais com a apresentação das principais informações das atividades do período;
- participa de cursos e treinamentos pertinentes à área, agregando conhecimento de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados pela ouvidoria;
- participa do Comitê de Integridade da Companhia.

f) Com relação à Gestão de Riscos, a CODEBA realizou as seguintes práticas:

- treinamento para os pontos focais de todas as áreas da Companhia, com o intuito de disseminar o conhecimento e a cultura de gestão de riscos. O treinamento foi ministrado pela Consultoria Deloitte para um público de 20 participantes, de forma presencial, no Auditório da CODEBA, em janeiro/2020.
- Operação Assistida (Operação Piloto) para Mapeamento de Riscos e Desenvolvimento de Metodologia de Gerenciamento de Riscos. A ação foi conduzida na Gerência Jurídica, no primeiro trimestre de 2020, utilizando como modelo os processos de

Contencioso Judicial e Consultoria Administrativa, sendo possível mapear 13 eventos de riscos e 17 controles associados a esses processos;

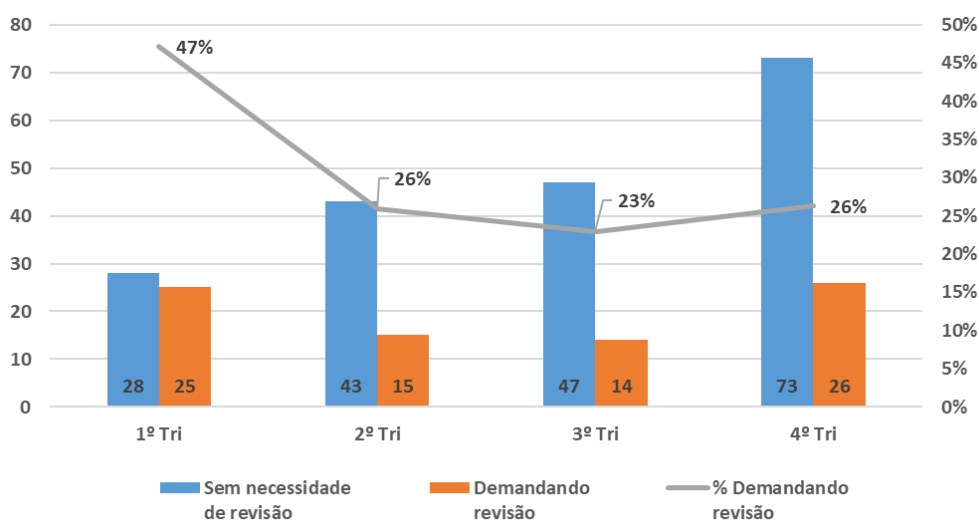
- aprovação dos Normativos Internos de Gestão de Riscos, pela Diretoria Executiva, em sua 214ª Reunião Ordinária de 03/12/2020, a saber: Plano de Risco e Manual de Risco; Revisão da Política de Gestão de Risco e Controles Internos e Declaração de Apetite a Riscos da CODEBA.

g) Com relação ao Compliance e ao Controle Interno, a CODEBA:

Realizou, em 2020, duzentas e setenta e uma análises em processos administrativos, envolvendo conformidade em aquisições, contratações e renovações contratuais, além de análises em propostas de normas, políticas e manuais. Este número representa um acréscimo de 58%, em relação ao total analisado em 2019.

Ressaltando que a identificação de itens a revisar enseja as devidas correções e o prosseguimento dos processos, à luz das leis e normas, verifica-se, no gráfico a seguir, que os índices de aspectos a corrigir caíram ao longo do ano de 2020. No 1º trimestre, as análises apresentaram 47%, chegando-se no 4º trimestre a 26% de aspectos a corrigir nos processos analisados, demonstrando uma maior observância aos regramentos externos e internos pelas áreas demandantes.

Gráfico 01: Aspectos a corrigir em processos analisados em 2020



Fonte: Gerência de Gestão Estratégica, Riscos e Compliance – GAE.

h) Com relação à Transparência, a CODEBA:

- designa formalmente profissionais para desempenhar as atividades relacionadas à Lei de Acesso à Informação - LAI na CODEBA e Gestão do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC;
- acompanha, periodicamente, o atendimento à transparência ativa, como demandado pela LAI, onde é garantida a divulgação proativa de informações de contratos, licitações, lista nominal e salários dos funcionários, gastos em diárias e passagens, assim como todos os itens obrigatórios encontrados na lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Essas informações são disponibilizadas no site institucional da CODEBA (www.codeba.com.br), no item “Acesso à Informação”;
- acompanha, tanto o atendimento à transparência ativa quanto passiva (e-Sic), por meio de indicadores próprios emitidos pelo sistema eSic e fornecidos, trimestralmente, pela SNPTA – MI, os prazos máximos e médios de atendimento.

i) Governança de TI

A CODEBA possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2019-2022, elaborado pela Área Funcional de Tecnologia da Informação – AFTI, juntamente com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI, tendo sido aprovado pela Diretoria Executiva, na sua 136ª Reunião Ordinária, realizada em 07/08/2019. Atualmente, esse documento encontra-se em fase de atualização.

A AFTI é responsável por gerenciar contratos de serviços de TI, desde contratos de reprografia e impressão até manutenção de fornecimento de sistemas, assim como por responder gerencialmente pelas decisões pertinentes à Tecnologia da Informação e por atender consultivamente demandas de todas as áreas da companhia, como o controle de acesso e segurança portuários, compras de equipamentos de informática e desenvolvimento e manutenção de soluções computacionais pela equipe própria ou por terceiros. Suas atividades são exercidas na CODEBA por Analistas Portuários – Tecnologia da Informação, estando subordinada à DAF – Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira.

A AFTI promoveu diversas ações como, a elaboração do PDTI, contratação de solução “outsourcing” de impressão e digitalização, evolução do parque tecnológico de microinformática, com modernização do parque de computadores, implantação de sistemas da Central de

Serviços, treinamento e capacitação tecnológica de integrantes da equipe, elaboração de norma interna para uso dos computadores, fiscalização e garantia de continuidade de contratos e serviços de TI, manutenção dos sistemas desenvolvidos pela Companhia, iniciados novos processos de contratação (ERP, serviços das contas de e-mail e hospedagem, manutenção em portal de internet e intranet, aquisição de licenças antivírus, aquisição de licença de solução de “firewall” e novo sistema de gestão portuária). A contratação de novo ERP foi adiada após o edital ter sido declarado nulo pela Companhia e pela constatação da necessidade de melhorias nos processos e operacionalização interna que ajudarão na reformulação do TR para o próximo edital.

A implantação de Governança de TI está prevista no PDTI vigente. Foram realizadas as seguintes ações:

- elaboração do Plano de Ação de Governança para 2020 e 2021;
- aprovação do Catalogo de Serviços Técnicos e do Portfólio de Sistemas pela Diretoria Executiva, na 194ª Reunião Ordinária.

j) Com relação aos Projetos de Capital, a CODEBA:

- implementa processos e alçadas de aprovação para esses projetos;
- assegura-se de que foram mapeadas as questões de sustentabilidade ambiental, inclusive as licenças necessárias para a execução do projeto;
- adota medidas corretivas durante a execução dos projetos, quando necessário, visando ao alcance das metas físicas e financeiras.

k) Quanto à Política de Dividendos, a CODEBA divulga:

- o processo e as instâncias responsáveis pela proposição da distribuição de dividendos;
- o parâmetro de referência a ser utilizado para definição de eventual dividendo adicional ou complementar (acima do mínimo obrigatório), bem como as circunstâncias e os fatores que podem afetar a distribuição: fluxo de caixa operacional superior às necessidades de financiamento, liquidez corrente compatível com o setor de atuação, limites operacionais satisfatórios, etc;
- a periodicidade dos pagamentos das parcelas dos dividendos;

- em conformidade com a lei 6.404/76 e Estatuto Social da Companhia, os órgãos da administração apresentam à Assembleia Geral Ordinária a proposta sobre a destinação a ser dada para o lucro líquido do exercício.

I) Quanto à Gestão de Pessoas, a CODEBA:

- regularizou, junto a SEST, o quantitativo de pessoal da Companhia;
- realiza periodicamente auditoria em folha de pagamento e em outros processos de gestão de pessoas;
- realiza análises estatísticas da força de trabalho, como índice de rotatividade, horas extras per capita, etc.;
- utiliza a gestão de competências para realizar processos de gestão de pessoas;
- realiza avaliação de desempenho dos empregados;
- possui indicadores e metas para avaliar o desempenho individual dos empregados;
- realiza estudo de viabilidade econômico-financeira para estabelecer o limite do reajuste salarial e de benefícios;
- tem ações estruturadas de acompanhamento do processo de negociação coletiva;
- adota ações que visam a criação de novos conhecimentos;
- elabora o plano anual de capacitação;
- adota critérios de competências para alocação nos cargos gerenciais, considerando formação e experiência, desempenho e potencial;
- eliminou processos e atividades manuais, com regras automáticas e decisões programadas com foco na automação, liberando mão-de-obra e reduzindo a possibilidade de erro humano;
- adotou o processo eletrônico, buscando a eliminação da movimentação física e toda a ineficiência inerente;
- aplica periodicamente pesquisa de clima organizacional, utilizando os resultados para orientar a política de gestão de pessoas e demais áreas.

m) Quanto à Previdência e Assistência à Saúde, a CODEBA:

- faz o acompanhamento da solvência, da liquidez e do equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos de previdência complementar;
- acompanha o atendimento à cobertura de hospitais, clínicas e profissionais para o Plano de Assistência Médica, de modo a manter os níveis de qualidade e condições

contratuais pactuadas, além de oferecer atendimento ao usuário através do Serviço Médico-Social;

- monitora a situação das garantias econômico-financeiras exigidas pela ANS do plano odontológico ofertado na modalidade autogestão por operadora, o qual está em situação de extinção, uma vez que o serviço será ofertado por operadora contratada no mercado.

n) Com relação às políticas públicas, a CODEBA:

- publica carta anual, subscrita pelos Conselheiros de Administração, contendo os compromissos de atendimento às políticas públicas e a definição dos recursos a serem empregados, além dos impactos econômico-financeiros, mensuráveis por meio de indicadores objetivos;
- monitora a execução da política pública, regularmente, e atua para garantir o alcance dos objetivos definidos;
- divulga, anualmente, o seu Relatório Integrado e de Gestão.

o) Com relação ao Planejamento Estratégico, a CODEBA:

- revisa o planejamento, periodicamente;
- alinha o planejamento estratégico com o orçamento e com as orientações e as determinações dos órgãos supervisores, reguladores e coordenadores;
- utiliza a análise de pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças (SWOT) como base para a formulação de suas estratégias.

p) Com relação ao Planejamento Orçamentário, a CODEBA adota as seguintes práticas:

- o planejamento e a reprogramação desses orçamentos são feitos a partir do levantamento das necessidades de todas as áreas;
- é realizado o acompanhamento periódico da execução de seus orçamentos, com encaminhamento de relatórios à alta administração sobre a implementação;
- utilização de indicadores mensuráveis para acompanhamento da execução orçamentária;

- quando encontrado desvios na execução dos orçamentos, a área responsável pelo planejamento e gestão orçamentária atua junto à alta administração e às áreas envolvidas para justificar e/ou corrigir as divergências em relação ao planejado;
- possui sistemas de TI para a gestão dos orçamentos.

q) Com relação à Implantação do Projeto de Modernização da Gestão Portuária – PMGP

Em julho de 2019, foi dado início à implantação do Projeto de Modernização da Gestão Portuária nos Portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus. A implantação conta com o suporte da empresa de consultoria VALORA SOLUÇÕES EM GESTÃO LTDA. O projeto tem prazo de conclusão de 24 (vinte e quatro) meses. Em 2020, foram realizadas as seguintes atividades:

- revisão do Planejamento Estratégico 2020/2024;
- elaboração do Plano de Negócios 2020;
- estabelecimento da Cadeia de Valor da CODEBA, passando a nortear todos os processos, a estrutura organizacional e as atribuições de todas as áreas;
- revisão da Estrutura Organizacional;
- revisão do Regimento Interno.

Essas entregas proporcionaram à Companhia a melhoria dos processos, com a identificação e endereçamento dos gargalos, ensejando maior apoio ao processo decisório, visão mais clara dos riscos, racionalidade no emprego de recursos financeiros e humanos, melhor gestão de contratos, diminuição de despesas, aumento de receitas e percepção do aumento da satisfação dos funcionários (este último percebido no âmbito das reuniões de revisão dos processos).

6. Descrição da composição e da remuneração dos administradores

A remuneração dos membros estatutários é fixada, anualmente, pela Assembléia Geral, nos termos da legislação vigente. O quadro a seguir apresenta, de forma detalhada, a remuneração dos Administradores, Conselheiros Fiscais e Membros do Comitê de Auditoria Estatutário para o período de abril/2020 a março/2021.

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA						
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS FISCAIS E MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA E DEMAIS COMITÊS						
RUBRICA	TIPO DE CARGO (uma linha para cada tipo)	QTDE DE CARGOS PARA CADA TIPO (insserir)	VALOR MENSAL (insserir valor)	Nº PAGAMENTOS (c)	SUBTOTAL POR CARGO (não muda por troca de diretor)	TOTAL GERAL POR TIPO DE CARGO e = (a x d)
Honorário Fixo (Valor fixo)	Presidente	1	19.003,92	12	228.047,04	228.047,04
	Diretor	3	17.886,04	12	214.632,48	643.897,44
	Subtotais	4				871.944,48
Gratificação Natalina	Presidente	1	24.140,11	1	24.140,11	24.140,11
	Diretor	3	22.720,10	1	22.720,10	68.160,30
	Subtotais	4				92.300,41
Gratificação de Férias	Presidente	1	8.046,70	1	8.046,70	8.046,70
	Diretor	3	7.573,37	1	7.573,37	22.720,10
	Subtotais	4				30.766,80
Auxílio Alimentação	Presidente	1	895,67	12	10.748,04	10.748,04
	Diretor	3	895,67	12	10.748,04	32.244,12
	Subtotais	4				42.992,16
Auxílio Moradia	Presidente	1	1.800,00	12	21.600,00	21.600,00
	Diretor	3	1.800,00	12	21.600,00	64.800,00
	Subtotais	4				86.400,00
Plano de Saúde	Presidente	1	1.111,71	12	13.340,52	13.340,52
	Diretor	3	1.111,71	12	13.340,52	40.021,56
	Subtotais	4				53.362,08
Seguro de Vida	Presidente	1	141,83	12	1.701,96	1.701,96
	Diretor	3	141,83	12	1.701,96	5.105,88
	Subtotais	4				6.807,84
Previdência	Diretor	1	1.422,44	12	17.069,28	17.069,28
Subtotais		2				17.069,28
Quarentena	Presidente	1	19.003,92	6	114.023,52	114.023,52
	Diretor	3	17.886,04	6	107.316,24	321.348,72
	Subtotais	4				435.372,24
Honorário Variável Mensal - (HYM)	Presidente	1	5.136,19	12	61.634,28	61.634,28
	Diretor	3	4.834,06	12	58.008,72	174.026,16
	Subtotais	4				235.660,44
INSS	Presidente	1	6.125,94	12	73.511,34	73.511,34
	Diretor	3	5.810,39	12	69.724,65	209.173,34
	Subtotais	4				282.685,27
FGTS	Presidente	1	2.450,38	12	29.404,54	29.404,54
	Diretor	3	2.324,15	12	27.889,86	83.669,57
	Subtotais	4				113.074,11
I - TOTAL DA DIRETORIA						2.269.035,12
Honorário CA	Membros	7	2.493,80	12	29.937,60	209.983,20
INSS CA		7	493,96	12	5.939,52	41.996,64
Previdência CA		7		12	-	-
II - TOTAL DO CONSELHO DE						251.979,84
III - TOTAL DOS ADMINISTRADORES						2.521.014,96
Honorário CF	Membros	3	2.493,80	12	29.937,60	89.992,80
INSS CF		3	493,96	12	5.939,52	17.998,56
Previdência CF		3		12	-	-
IV - TOTAL DO CONSELHO FISCAL						107.991,36
Membros do CoAud	Membros	3	4.999,61	12	59.995,32	179.985,96
INSS CoAud		3	999,92	12	11.999,06	35.997,19
V - TOTAL DO COMITÊ DE						215.983,15

Fonte : Gerência Administrativa -GAD

Conselho de Administração da CODEBA